

I. Editorial

A edição número três da revista *Mare Nostrum - Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo* traz como proposta pensar a ideia de Mediterrâneo, termo amplamente utilizado nos chamados “Estudos Clássicos” e de grande importância conceitual para Historiadores, Arqueólogos, Filósofos, Antropólogos e todos os que se interessarem pela Antiguidade. O conceito é aqui discutido a partir das muitas possibilidades que seu estudo acarreta, passando por uma gama de problemas que uma abordagem focada em um recorte territorial pode mascarar ou trazer à luz.

O primeiro bloco, intitulado “Entre Ocidente e Oriente” apresenta trabalhos que procuraram enfatizar diferenças e semelhanças em diversos pontos do Mediterrâneo. O artigo de Uiran Gebara da Silva discute a partir de duas rebeliões – a dos Bagaudas gauleses e dos Circunceliões africanos, entre os séculos III e V d.C. –, qual o alcance no Mediterrâneo de eventos ocorridos em pontos diferentes do Império Romano. Os conceitos envolvidos nessa tese, bem como sua relação “lógica” são questionados e revistos com o objetivo de promover um aumento de sua compreensão e implicação de seus usos. Tomando como ponto de partida a mesma proposta, Vagner Carvalheiro estabelece uma história comparativa entre a Península Ibérica e a Síria-Palestina utilizando como principal fonte as moedas romanas. Com seu estudo, ele tenta questionar a existência de padrões de ocupação urbana no período romano através das mudanças jurídico-administrativas, das quais as moedas são testemunhos. Para completar este bloco, a pesquisa de Alan Nicolaev, tal como a de Uiran Gebara da Silva, tenta traçar o que é particular no modelo de homem santo egípcio e qual a influência de um “movimento periférico” na Antiguidade Tardia. Para tanto, ele se debruça sobre o arcabouço teológico do teorizador asceta Evágrio de Pont e as maneiras como os textos do período deixam entrever a consolidação de um poder e autoridade monástica.

É importante ressaltar que esse Mediterrâneo é um espaço em frequente transformação e é exatamente esse o assunto comum dos artigos seguintes. Rodrigo Pinto de Brito irá tratar de uma questão filosófica dentro de uma perspectiva histórica: a relação entre a ascensão do Império Macedônico, o desaparecimento das Escolas Socráticas e as mudanças no exercício da

cidadania. Mais do que um desaparecimento, o autor mostra o quanto algumas ideias e conceitos filosóficos se modificam e são absorvidos por outras linhas filosóficas como, por exemplo, o Epicurismo. Saindo do campo filosófico e tendo como base a arqueologia e os estudos iconográficos, Cássio de Araújo Duarte mostra como o culto ao touro Ápis pode sofrer grandes transformações no período faraônico. Sua análise aborda uma questão que ainda pode ser muito debatida: as mudanças sociopolíticas do período na esfera da religiosidade. Já o texto de Willian Mancini investiga uma questão de grande importância para os pesquisadores da Antiguidade e Idade Média, a suposta decadência da Cultura Antiga através da perspectiva de Weber e suas diferentes compreensões historiográficas, tanto as mais cristalizadas, quanto as mais recentes, em contraposição a outros autores que estudaram o mesmo problema em diferentes épocas.

A seguir se tratará das diferentes maneiras de governo romano. Esse grupo de artigos, tem como foco a política durante o Império Romano, abrangendo um período que vai do início ao fim do Império. O trabalho de Joana Campos Clímaco vai tratar ainda no século I a.C. da relação entre Roma e Egito, mostrando como o processo de absorção e transformação deste em uma província romana é gradual e fruto da percepção romana do Egito e da cidade de Alexandria como ameaças, mas também como uma região necessária economicamente para Roma. Rafael da Costa Campos investiga um evento específico, a instalação de Tibério entre 26 e 27 d.C. em uma *villa* na ilha de Capri enquanto ainda imperador. As recepções e a repercussão, sobretudo em relação com o senado, são aqui analisadas. Completando o debate, Bruna Campos Gonçalves lança a discussão sobre a construção literária da estrutura de um “bom governo” na Antiguidade Tardia, se preocupando com a formulação deste discurso em duas fontes – o filósofo Temístio e o militar Amiano Marcelino –; isso é feito a partir da comparação dos “constructos identitários” desses dois autores.

O Mediterrâneo é antes de mais nada um conceito que opera dentro de um recorte espacial e é exatamente essa a questão do último bloco de textos dessa edição intitulado “Território, espacialidade e paisagem”. Ele começa com o artigo de Maria Cristina Nicolau Kormikiari, que estabelece seu texto em duas partes: na primeira faz uma história dos recentes usos do termo “Mediterrâneo”,

chegando a abordagens recentes que trabalham com a hipótese de uma conectividade nesse espaço; na segunda parte, ela se utiliza dessa discussão teórica para mostrar conjuntamente com dados arqueológicos as recentes revisões interpretativas na caracterização dos fenícios e sua ocupação do território. O texto de Adriana Ramazzina é complementar nesse sentido por fornecer ainda mais evidências sobre os tipos de instalação fenícios, a partir do estudo da instauração na Idade do Ferro de quatro cidades: Arado, Biblos, Sidon e Tiro.

Partindo para as pesquisas focadas nos helenos, os próximos dois artigos, de Regina H. Rezende e Lilian de Angelo Laky, estabelecem uma articulação entre o papel da religiosidade, a identidade e expansões helenas. O primeiro procura mostrar o papel dos santuários na delimitação das fronteiras e a integração de outras populações, para isso fazendo uma observação das formas de ocupação do território, definido por termos utilizados no próprio período. Já Lilian de Angelo Laky trabalha com algumas especificidades: o culto a Zeus Olímpico, o estabelecimento de uma devoção a essa divindade a partir de Olímpia e as relações identitárias entre dóricos e jônicos, sobretudo da elite, envolvidas nesse processo. Para tanto, a autora traz uma interessante contribuição à discussão sobre o conceito e os usos de “identidade” e “etnicidade” no início de sua argumentação.

A importância das elites é outro assunto que perpassa boa parte dos textos aqui apresentados. Hoje essa retomada da discussão sobre a importância e o papel dessa camada social não se deve apenas pela maior quantidade de documentos sobre ela, ou a preferências historiográficas antiquadas, mas a investigações capazes de compreendê-la em sua relação com outras camadas da sociedade. O artigo de Victor Sá Ramalho Antonio, intitulado “Elite romana e reformas urbanas na Itália: o caso de Pompeia” une essa tendência, igualmente com a discussão sobre a construção de uma identidade romana em uma cidade como Pompeia, onde sabe-se ter havido uma multiplicidade de ocupações que deixaram vestígios dispares no território urbano.

Igualmente, o evergetismo das elites também é o tema do livro resenhado por Fábio Morales, *The Politics of Munificence in the Roman Empire: Cities, Elites and Benefactors in Asia Minor*, de Arjan Zuiderhoek. O livro que almeja fazer uma reflexão sobre tal ato na Antiguidade se utiliza de

comparações com a Ásia e de projeções econômicas sobre os ganhos e despesas das elites. A resenha aqui presente faz uma contextualização historiográfica, mostrando a oposição da obra de Paul Veyne e de autores economicistas e sua proposta de uma tese política, pautada na relação da elite com a pólis.

Esse protagonismo das elites pode e tem em muitos casos uma substrato marxista não refletido pelos seus próprios autores. Esse é um dos temas da conferência cuja transcrição se encontra nesta edição na seção *Laboratório*. “Abordagens marxistas sobre a Idade Média, algumas questões e exemplos”, proferida por Chris Wickham, é uma importante contribuição teórica e metodológica para os estudos realizados contemporaneamente e é a eles que o professor se dirige. Primeiramente o autor faz uma reflexão sobre a importância acadêmica dos estudos marxistas nas últimas décadas, a contar da queda do muro de Berlim. Sua conclusão é que as pesquisas atuais, por não perceberem que operam com categorias marxistas, são mesmo incapazes de refletirem sobre os modelos gerais onde suas hipóteses se inserem. Sua transcrição dá assim a oportunidade para que um grupo maior de pesquisadores e interessados no assunto conheçam as causas deste fenômeno, seu processos e a importância do Marxismo hoje para as pesquisas históricas.